

## Informe

informe@ofluminense.com.br

### Fies exigirá 400 pontos em redação

O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) passará a exigir nota mínima de 400 pontos na redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Esta foi uma das mudanças aprovadas pelo Comitê Gestor do Fies. Além disso, a partir de 2021, o programa poderá ter uma redução na oferta de vagas financiadas pelo governo federal.

Até então, não havia a exigência de uma nota mínima na redação do Enem, era necessário apenas não ter zerado a prova, mesmo critério usado para seleção de estudantes para o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que oferta vagas em universidades públicas, e para o Programa Universidade para Todos (ProUni), que oferece bolsas de estudo em instituições particulares de ensino superior.

### Aplicativo ANP no posto

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) lança no próximo dia 1º de janeiro o aplicativo ANP no posto, que estará disponível para baixar gratuitamente nas lojas Play Store e App Store.

### Caráter experimental

O aplicativo será lançado em caráter experimental. A ferramenta possibilitará aos consumidores acesso aos postos próximos de sua localização, bem como aos preços praticados e às informações de qualidade disponíveis.

### Turismo gera quase 25 mil empregos

O turismo brasileiro gerou 24.902 empregos formais nos 12 meses encerrados em outubro deste ano, com aumento de 330% em relação aos 12 meses imediatamente anteriores, encerrados em outubro de 2018. Os dados constam da pesquisa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados na sexta-feira (20).

### Adeus a Catifunda

A atriz Zilda Cardoso, de 83 anos, conhecida pela personagem Catifunda, morreu nesta sexta (20), de causas naturais, em sua residência, na capital paulista. Nascida em São Paulo em 4 de janeiro de 1936, Cardoso estreou na TV Paulista de São Paulo em 1962.

### Personagem em dois programas

Em 1964, a atriz e humorista começou a participar do programa "A Praça da Alegria" e lançou seu personagem mais conhecido: Catifunda, uma mendiga debochada, que também fez sucesso nos anos 1990 na Escolinha do Professor Raimundo, na Rede Globo.

### Professor: formação mais longa

A formação dos professores no Brasil vai ficar mais longa e passar a ter maior foco na prática. As medidas estão previstas em resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) homologada pelo Ministério da Educação (MEC). A portaria que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica - (BNC-Formação) foi publicada nesta sexta (20) no Diário Oficial da União.

### Foco em prática pedagógica

Os cursos de licenciatura, para a formação de professores, passam da atual duração de três para quatro anos, ou 3,2 mil horas. Dessas 800 horas, o equivalente a um quarto do curso, devem ser voltadas para a prática pedagógica.

### Samarco não pode abater auxílios

A mineradora Samarco está impedida de abater das indenizações dos atingidos da tragédia de Mariana (MG) os repasses feitos mensalmente a título de auxílio financeiro emergencial.

### Justiça confirma proibição

A desembargadora Daniele Maranhão, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), confirmou na quinta-feira uma decisão tomada em fevereiro deste ano que proíbe os descontos. O Ministério Público Federal (MPF) divulgou a informação nesta sexta-feira (20).

### Argentina: pacote de emergência

Após mais de 15 horas de debate, a Câmara dos Deputados da Argentina aprovou na madrugada de sexta (20), por 134 votos a favor e 110 contra, um pacote de medidas de emergência válido até o dia 31 de dezembro de 2020. Foi a primeira vitória do presidente da República Alberto Fernández, dez dias após a posse.

Com Agência Brasil

# Cobrança do Dpvat volta a valer por decisão do STF

Contribuição havia sido suspensa por medida provisória no mês passado

Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil



Relator da matéria, ministro Edson Fachin lembrou da função social do seguro

A maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) votou para suspender a Medida Provisória 904/2019, que extinguiu o pagamento do Seguro Dpvat, contribuição obrigatória para cobrir gastos de acidentes causados por veículos. A ação foi proposta pela Rede após a medida ter sido assinada, no mês passado, pelo presidente Jair Bolsonaro.

Por 6 votos a 3, os ministros seguiram entendimento do relator, ministro Edson Fachin. Para o ministro, o Dpvat tem uma função social. Também votaram nesse sentido os ministros Alexandre de Moraes, Marco Aurélio, Luiz Fux, Rosa Weber e o presidente, Dias Toffoli. Luís Roberto Barroso se declarou suspeito para julgar o caso. O último a votar foi o ministro Celso de Mello, que se manifestou contra suspensão.

O julgamento é realizado por meio de votação eletrônica, na plataforma virtual de julgamentos do STF. A votação foi finalizada à meia-noite.

Na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6.262, a Rede defendeu a suspensão da MP por en-

tender que os recursos são utilizados para proteção social de vítimas de acidentes de trânsito no Sistema Único de Saúde (SUS). O partido também alegou que não há urgência e relevância na matéria para justificar a edição por meio de medida provisória.

Sem recurso - O advogado-geral da União, André Mendonça, informou nesta sexta que não pretende recorrer da decisão do Supre-

mo Tribunal Federal (STF), que suspendeu a medida provisória que extinguiu o seguro Dpvat.

"Nós estamos esperando ser intimados e termos conhecimento exato da decisão e, a partir disso, avaliar. Mas, a princípio, não haveria um recurso nesse sentido, até porque a decisão foi adotada por todo o pleno do Supremo", disse o ministro da Advocacia-Geral da União (AGU),

André Mendonça.

De acordo com Mendonça, pode ser que a AGU peça esclarecimento, o que não configura recurso.

**Radares** - O Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, sediado em Brasília, negou recurso da União para anular a decisão que determinou a volta dos radares móveis às rodovias. A decisão foi assinada na quarta-feira (18).

Na decisão, o juiz convocado Caio Castagne Marinho entendeu que não há motivos para anular a decisão da primeira instância da Justiça Federal em Brasília, que determinou a retomada do uso de medidores de velocidade móveis e portáteis. "Não se verifica qualquer risco à administração em razão da retomada da utilização dos radares para fiscalização das rodovias", entendeu o magistrado.

Quando a decisão da Justiça Federal em Brasília, que determinou a volta dos radares de velocidade nas rodovias federais de todo o país, o advogado-geral da União, André Mendonça, disse que vai avaliar junto com os ministérios da Justiça e da Infraestrutura a melhor medida a ser tomada. ■

# Bolsonaro diz que corte na taxa de juros vai gerar economia de R\$ 110 bi

Presidente também comentou sobre impostos para estimular empregos

Antonio Cruz/Agência Brasil



Presidente Jair Bolsonaro falou com jornalistas sobre vários temas

O presidente Jair Bolsonaro disse nesta sexta (20) que a redução da taxa básica de juros, a Selic, resultará em uma economia de R\$ 110 bilhões para os cofres públicos. Esta semana, após reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), o Banco Central decidiu reduzir a Selic em 0,5 ponto percentual, chegando a 4,5% - o menor percentual já registrado.

"Só de juros, ano que vem, vamos pagar, dada a [redução da] taxa Selic, menos R\$ 110 bilhões em juros. Estamos recuperando o Brasil. Não é fácil", disse o presidente ao deixar o Palácio da Alvorada nesta manhã.

Perguntado sobre a possibilidade de a equipe econômica criar uma nova modalidade de juros, incidente sobre operações bancárias eletrônicas, Bolsonaro disse que a questão ainda está sob estudo, e que a intenção do governo é a de substituir e simplificar impostos.

"Se ele [ministro da Economia, Paulo Guedes] está estudando, [essa questão] não chegou para mim ainda. O que ele quer na verdade é substituir impostos. Ele quer simplificar essa teia de impostos, porque é difícil ser patrão no Brasil.

Qualquer fiscal que chegar na sua empresa vai achar uma maneira de te multar. Para você ser patrão aqui, precisa ser herói. Precisa ter poderes sobrenaturais para fugir das fiscalizações", disse o presidente.

**Indulto** - Sobre o indulto de

Natal, o presidente disse que, apesar de ainda não ter assinado, já decidiu que a medida, destinada a conceder perdão a presos, beneficiará policiais presos injustamente. "Talvez assinhe hoje. Não assinhe ainda, mas vai incluir policiais", disse Bolsonaro, sem dar maiores detalhes sobre os critérios do benefício.

**Energia** - Bolsonaro comentou também a possibilidade de serem criadas taxas para consumidores de energia que fazem uso de painéis solares. "Quem decide essa questão é a Aneel [Agência Nacional de Energia Elétrica], que é uma agência autônoma. Não interferimos nela, mas estamos trabalhando, via ministro Bento [Albuquerque], de Minas e Energia, para chegar a um bom termo. Mas a agência, se não me engano, segue orientações previstas em uma lei de 2012. Logicamente, se depender de mim, quem quiser colocar energia solar em sua casa terá imposto zero." ■

# Geddel Vieira Lima é transferido para Salvador

Ex-deputado vai terminar de cumprir pena de prisão na capital baiana

Preso no Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília, desde 2017, Geddel Vieira Lima foi transferido nesta sexta (20) para Salvador, onde terminará de cumprir a pena de 14 anos e 10 meses de prisão a que foi condenado em outubro de 2019, pelos crimes de lavagem de dinheiro e associação criminosa.

Segundo a Subsecretaria do Sistema Penitenciário (Sesipe) do Distrito Federal, Geddel foi transferido para uma penitenciária da capital soteropolitana esta manhã, por força de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

Ele foi escoltado por agentes da Polícia Federal, a bordo de uma aeronave da corporação.

Na semana passada, o ministro Edson Fachin, do STF, acolheu o pedido da defesa de Geddel e autorizou sua transferência para o sistema carcerário em Salvador. No pedido de remoção, a defesa alegou que os parentes de Geddel moram na capital soteropolitana.

Ex-deputado federal, Geddel atuou como ministro nos governos dos ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Michel Temer. Ele foi preso em setembro 2017, depois

que a polícia encontrou R\$ 51 milhões guardados em malas deixadas em um apartamento de Salvador.

No mesmo julgamento, o ex-deputado Lúcio Vieira Lima, irmão de Geddel, recebeu pena de 10 anos e seis meses de prisão.

Ao autorizar a transferência de Geddel, o ministro Edson Fachin determinou que, além de continuar a cumprir sua pena em Salvador até ter direito à progressão de regime, Geddel deverá pagar R\$ 1,6 milhão como pena pecuniária pela condenação. ■

### Trump alivia o aço

O presidente Jair Bolsonaro anunciou nesta sexta (20), em uma live no Facebook, que o governo dos Estados Unidos não vai mais sobretaxar as exportações brasileiras de aço e alumínio. De acordo com Bolsonaro, o compromisso foi assumido pelo próprio presidente norte-americano, Donald Trump, durante uma ligação telefônica.

"Ele se convenceu dos meus argumentos e decidiu dizer a nós todos, brasileiros, que o nosso aço e alumínio não serão sobretaxados. Repito, não serão sobretaxados", afirmou Bolsonaro. ■